

16/10/2012

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 694.411 SANTA CATARINA

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGTE.(S)	: LEVY PACHECO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

EMENTA: AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PENAL. PROCESSUAL PENAL. INAPLICABILIDADE DOS PRECEDENTES CITADOS NA DECISÃO RECORRIDA. ALEGAÇÃO DE INOCORRÊNCIA DE CONSUNÇÃO. FINALIDADE DA CONDUTA DO AGENTE. ABSORÇÃO DO CRIME MEIO PELO CRIME FIM. USO DE CERTIDÃO EXPEDIDA PELO INSS PARA OBTER ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EXPEDIDO PELA SECCIONAL ESTADUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA GRÁFICA – ABRIGRAF/SC. AÇÃO PENAL. COMPETÊNCIA. DELITOS DE FALSIFICAÇÃO E USO. SUJEITOS PASSIVOS DIVERSOS. AGRADO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. As razões deduzidas no agravo não são capazes de desconstituir os fundamentos da decisão ora impugnada.

2. Nesse sentido, embora a conduta do agente sempre deva ser analisada como um todo, isto não significa que em hipótese de concurso de crimes ou de crime e contravenção esteja o magistrado autorizado a afastar a tipicidade de determinado delito em apuração sobre o fundamento de aplicação da consunção ou da progressão criminosa.

3. A eventual aplicação da consunção ou da absorção de crimes e/ou condutas deve ser averiguada pelo juiz natural da causa. Assim, considerando que as investigações foram realizadas na esfera federal a denúncia apresentada por Procurador da República junto ao juízo da respectiva Seção Judiciária, apontando para a ocorrência de infração contra Autarquia Federal, todos esses dados corroboram os fundamentos da decisão ora impugnada.

RE 694.411 AGR / SC

4. Agravo Regimental a que se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 16 de outubro de 2012.

LUIZ FUX – Relator

Documento assinado digitalmente

16/10/2012

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 694.411 SANTA CATARINA

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGTE.(S)	: LEVY PACHECO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Trata-se de agravo regimental interposto pela Defensoria Pública da União, contra a decisão monocrática mediante a qual neguei seguimento ao recurso extraordinário ante os seguintes fundamentos:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PENAL. PROCESSUAL PENAL. USO DE CERTIDÃO SUPOSTAMENTE EXPEDIDA PELO INSS PARA O FIM DE OBTER ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EXPEDIDO PELA SECCIONAL ESTADUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA GRÁFICA ABRIGRAF/SC. AÇÃO PENAL. COMPETÊNCIA. DESTINAÇÃO DA FALSIDADE. EXERCÍCIO DO COMÉRCIO LOCAL. DELITOS DE FALSIFICAÇÃO E USO. SUJEITOS PASSIVOS DIVERSOS. PRECEDENTES DO SUPREMO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

1. A repercussão geral é presumida quando o recurso versar questão cuja repercussão já houver sido reconhecida pelo Tribunal, ou quando impugnar decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante desta Corte (artigo 323, § 1º, do RISTF).

2. Segundo a jurisprudência perfilhada por este Supremo Tribunal Federal, demonstrada a falsidade documental e o seu consequente uso, há que se perquirir a situação da vítima do delito,

RE 694.411 AGR / SC

dessa maneira, atingindo pessoa jurídica de direito público federal, atrair-se-á a competência da Justiça Federal. Na espécie, a vítima do crime de uso de documento falso foi a associação civil de classe, de âmbito local. Todavia, conforme sobressai dos precedentes abaixo transcritos, em hipóteses como na presente não se aplica a progressão criminosa ou o post factum impunível, pois a vítima do uso do falso a associação civil e diversa da vítima da falsificação o Instituto Nacional do Seguro Social.

3. Nesse sentido destaca-se:

HABEAS CORPUS. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - E USO DO MESMO JUNTO A BANCO PRIVADO PARA RENOVAÇÃO DE FINANCIAMENTO. FALSIFICAÇÃO QUE, POR SI SÓ, CONFIGURA INFRAÇÃO PENAL PRATICADA CONTRA INTERESSE DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. ORDEM CONCEDIDA. *A jurisprudência desta Corte, para fixar a competência em casos semelhantes, analisa a questão sob a perspectiva do sujeito passivo do delito. Sendo o sujeito passivo o particular, conseqüentemente a competência será da Justiça Estadual. Entretanto, o particular só é vítima do crime de uso, mas não do crime de falsificação. De fato, o crime de falsum atinge a presunção de veracidade dos atos da Administração, sua fé pública e sua credibilidade. Deste modo, a falsificação de documento público praticada no caso atinge interesse da União, o que conduz à aplicação do art. 109, IV, da Constituição da República. Ordem concedida para fixar a competência da Justiça Federal para processamento e julgamento do feito. (HC 85773, rel. Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, DJe 26/04/07). No mesmo sentido: RE 560944, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe 18/09/08, RE 468783, Rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, DJe 28/05/09.*

4. In casu, a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região negou provimento ao recurso em sentido estrito, mediante os seguintes fundamentos: PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO CRIMINAL EM SENTIDO ESTRITO. COMPETÊNCIA. USO DE DOCUMENTO FALSO PERANTE

RE 694.411 AGR / SC

ENTE LOCAL. JURISDIÇÃO ESTADUAL.

1. O crime de uso de documento falso consuma-se no momento e lugar em que o agente efetivamente utiliza o documento, consciente de sua falsidade.

2. *O simples fato da CND ter sido expedida pelo INSS não atrai a competência Federal, pois sendo o documento falso apresentado a órgão local e ali consumido seu potencial lesivo, a competência não é da Justiça Federal.*

3. *Mantida a sentença que declinou da competência para a Justiça do Estado.*

5. *Recurso extraordinário a que se dá provimento.*

Nas razões do agravo sustenta, preliminarmente, a inaplicabilidade dos precedentes do STF citados na decisão agravada, a saber: HC nº 85773, RE nº 560944 e RE nº 468783, pois o sujeito passivo do crime em apuração seria associação privada de interesse local e por não se tratar, segundo sustenta, de concurso entre crimes de falso e uso perpetrados pelo mesmo agente.

No mérito, evocando a teoria finalista da ação, aduz ser necessário analisar a conduta do recorrente como um todo indivisível, de maneira a afastar a consunção no caso e, no máximo, realizar a absorção do crime meio (falso) pelo crime fim, articulando, ainda, a falsidade grosseira do documento, para afastar a competência da justiça federal no caso. Cita precedentes do STF: HC nº 84533, Rel. Min. Celso de Mello, HC nº 60716, Rel. Min. Néri da Silveira e HC nº 58611, Rel. Min. Soares Munõz. Requer a reconsideração da decisão, deslocando-se a competência para a justiça comum estadual.

Em contrarrazões, o Ministério Público Federal sustenta o acerto da decisão agravada, destacando que a conduta imputada ao réu foi a do delito de falso, praticado contra a Autarquia Federal, embora tenha atingido vítimas diversas no desdobramento do *iter criminis*. Aponta a semelhança do caso com o precedente do HC nº 85.773, Rel. Ministro

RE 694.411 AGR / SC

Joaquim Barbosa e com o HC nº 74.788, Rel. Min. Sepúlveda Pertence.
Pugna pelo desprovemento do agravo.

É o relatório.

16/10/2012

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 694.411 SANTA CATARINA

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): O agravo preenche os requisitos de admissibilidade, tendo sido interposto dentro do prazo legal e regularmente assinado pelo Defensor Público da União. Conheço.

A irresignação não merece prosperar.

As razões deduzidas no agravo não são capazes de desconstituir os fundamentos da decisão ora impugnada.

A jurisprudência atualmente consolidada no Supremo afasta a aplicação das teorias da progressão criminosa ou o *post factum* impunível, quando a vítima do crime de uso do documento objeto do falso – no caso a associação civil – é diversa da vítima da falsificação – o Instituto Nacional do Seguro Social. Cito os precedentes: RE 560944, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe 18/09/08, RE 468783, Rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, DJe 28/05/09 e HC 85773, rel. Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, DJe 26/04/07.

Nesse sentido, embora a conduta do agente sempre deva ser analisada como um todo, isto não significa que em caso de concurso de crimes ou de crime e contravenção esteja o magistrado autorizado a afastar a tipicidade de determinado delito em apuração sobre o fundamento de aplicação da consunção ou da progressão criminosa.

Em que pesem os argumentos do agravante, a eventual aplicação absorção de crimes e/ou condutas devem ser averiguadas pelo juiz natural da causa. Assim, considerando que as investigações foram realizadas na esfera federal a denúncia apresentada por Procurador da

RE 694.411 AGR / SC

República junto ao juízo da respectiva Seção Judiciária, apontando para a ocorrência de infração contra Autarquia Federal, todos esses dados corroboram os fundamentos da decisão ora impugnada.

Aliás, a metodologia adotada pelo Código Penal, ao alocar os artigos 69 a 71 (concurso de crimes) no Capítulo III (aplicação das penas) do Título V do diploma legal deixa claro que a conclusão sobre a absorção, consunção ou progressão criminosa deve ser analisada após o transcurso do processo, no momento da prolação da sentença penal, isto é, em momento processual posterior ao que se encontra esta ação.

Com tais considerações, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo regimental.

É como voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 694.411

PROCED. : SANTA CATARINA

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

AGTE.(S) : LEVY PACHECO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. 1ª Turma, 16.10.2012.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux e Rosa Weber.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma